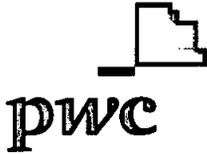

***Super Pagamentos
e Administração de
Meios Eletrônicos S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Super Pagamentos e Administração
de Meios Eletrônicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

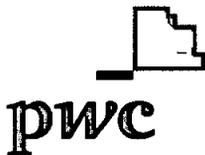
Como mencionado na Nota 2 a Companhia utilizou a faculdade prevista no item 2 da Circular do BACEN nº 3.833/17 de não apresentar às cifras comparativas relativas ao exercício anterior por ter sido o primeiro ano de autorização para funcionamento como Instituição de Pagamento pelo Banco Central do Brasil. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,



Super Pagamentos e Administração
de Meios Eletrônicos S.A.

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em



Super Pagamentos e Administração
de Meios Eletrônicos S.A.

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de maio de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

**Super Pagamentos e
Administração de Meios
Eletrônicos S.A**

Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2017

Senhores Acionistas:

A Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (“Companhia” ou “Superbank”), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 36 milhões, o prejuízo acumulado é de R\$ 33 milhões. No semestre findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou lucro de R\$ 165 mil e no exercício findo na mesma data registrou prejuízo de R\$ 1,4 milhões.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais atingiram R\$ 182 milhões. Desse montante, destacamos, R\$ 72 milhões que são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$ 62 milhões por aplicações em LFT para cumprimento de depósito compulsório, R\$ 1,7 milhões por adiantamentos para pagamentos por nossa conta em função de transações com clientes, R\$ 13 milhões por impostos diferidos (créditos tributários sobre prejuízo fiscal) e R\$ 2 milhões em impostos a compensar.

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo era composto do montante de depósitos dos clientes R\$ 72 milhões, R\$ 66 milhões de valores a repassar à bandeira de cartões por conta de transações com clientes, R\$ 2,4 milhões em fornecedores a pagar e R\$ 4,8 milhões referentes a despesas com pessoal a pagar.

Auditoria Independente

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação e quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (A Super é controlada pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. (“Aymoré”) que é controlada direta do Banco Santander (Brasil) S.A.) (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o

auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados na Companhia com independência das demais entidades do Grupo Santander, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários

São Paulo, 11 de maio de 2018.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	<u>31/12/2017</u>
Ativo Circulante		160.977
Disponibilidades	4	21.415
Títulos e Valores Mobiliários		134.470
Carteira Própria	4 e 5	72.039
Vinculados ao Banco Central	5	62.431
Outros Créditos		4.729
Rendas a Receber		18
Diversos	7	4.711
Outros Valores e Bens		363
Outros Valores e Bens		282
Despesas Antecipadas		81
Ativo Realizável a Longo Prazo		21.314
Outros Créditos		13.629
Créditos Tributários	6	13.629
Permanente		7.685
Imobilizado de Uso		890
Intangível	8	6.795
Total do Ativo		182.291
Passivo Circulante		145.592
Depósitos		71.568
Outros Depósitos	9	71.568
Relações Interfinanceiras		65.684
Transações de Pagamento	9	65.684
Outras Obrigações		8.340
Fiscais e Previdenciárias		1.096
Diversas	10	7.244
Passivo Exigível a Longo Prazo		330
Contingências Cíveis	11	330
Patrimônio Líquido	12	36.369
Capital		69.451
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(33.082)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		182.291

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Notas	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017
Receitas da Intermediação Financeira		3.715	6.681
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15	3.715	6.681
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.715	6.681
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(3.250)	(7.810)
Receitas de Prestação de Serviços	14	22.894	39.428
Despesas de Pessoal	16	(8.883)	(15.089)
Outras Despesas Administrativas	17	(16.533)	(30.477)
Despesas Tributárias	18	(2.168)	(3.958)
Outras Receitas Operacionais	19	1.440	2.286
Resultado Operacional		465	(1.129)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		465	(1.129)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(300)	(313)
Provisão para Imposto de Renda	20	(215)	(217)
Provisão para Contribuição Social	20	(85)	(96)
Lucro líquido/ (Prejuízo)		165	(1.442)
Ações em circulação (mil)		90.724	90.724
Lucro / (Prejuízo) por lote de Mil Ações (em R\$)		1,82	(15,88)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	49.451	(31.640)	17.811
Aumento de capital	20.000	-	20.000
Prejuízo do exercício	-	(1.442)	(1.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	69.451	(33.082)	36.369
Mutações do período	20.000	(1.442)	18.558
Saldos em 30 de Junho de 2017	49.451	(33.247)	16.204
Aumento de capital	20.000	-	20.000
Lucro líquido do período	-	165	165
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	69.451	(33.082)	36.369
Mutações do período	20.000	165	20.165

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa Em milhares de reais

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2017</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2017</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido/(Prejuízo)	165	(1.442)
Ajuste ao prejuízo	1.232	2.303
Depreciações e amortizações	895	1.703
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	253	167
Outros	84	433
Variações em Ativos e Passivos	53.013	31.595
(Aumento) em Títulos e valores mobiliários	(20.321)	(51.344)
Redução em Outros Créditos	16.410	17.441
(Aumento) em Outros Valores e Bens	(40)	(41)
Aumento em Relações Interfinanceiras	34.532	32.671
Aumento em Outros Depósitos	19.582	31.164
Aumento em Outras Obrigações	2.850	1.704
Caixa líquido aplicado nas atividade operacionais	54.410	32.456
Atividades de Investimento		
Acréscimos do imobilizado	(677)	(963)
Acréscimos do intangível	(2.087)	(3.807)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	(2.764)	(4.770)
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	20.000	20.000
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento	20.000	20.000
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	71.646	47.686
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.808	45.768
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	93.454	93.454

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (“Companhia” ou “Superbank”) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, nº 474 – Bloco E – Santo Amaro, CEP 04752-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander). Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09/10/2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil (“Bacen”), incluindo, sem limitar-se a: emitir moeda eletrônica, prestar serviços de pagamentos tanto através de cartões quanto por meio de outras mídias, facilitar pagamentos em prol de terceiros, credenciar estabelecimentos para atuarem em pagamentos, bem como outras atividades permitidas para Instituições desta natureza. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições participantes do Conglomerado Santander são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

Iniciou suas atividades ao longo do ano de 2011 e, a partir do final de 2012, obteve homologação para emitir cartões pré-pagos da bandeira Mastercard.

Em 12 de maio de 2017, através do Ofício 8260/2017-BCB/Deorf/Ganbbin, o Bacen aprovou a conversão da Companhia em Instituição de Pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão de demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31/12/2017 em reunião realizada em 11 de maio de 2018.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

Estas demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas, utilizando a faculdade do item 2.a da circular 3.833, art. 6º, emitida pelo Bacen, que permite que essa prática seja adotada no ano de autorização para funcionamento da Instituição de Pagamento pelo Banco Central do Brasil.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A..

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda; e
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Superbank de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

Caso ocorram perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, as mesmas são reconhecidas no resultado do período.

A Companhia, possui em 31 de dezembro de 2017, apenas títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação.

f) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20% a.a. e Móveis e Utensílios - 10% a.a.

f.2) Intangível

Os ativos intangíveis são ativados em função dos custos alocados ao seu desenvolvimento, compostos dos custos de pessoal da equipe dedicada a tais atividades e gastos com fornecedores alocados aos projetos. São avaliados permanentemente quanto a benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo que serão gerados em favor da Companhia e segurança na mensuração no momento do reconhecimento.

A amortização dos intangíveis é realizada pelo método linear a taxa de 20% a.a., exceto quanto aos softwares cujas licenças são de prazos inferiores a 5 anos que são amortizados pelo prazo da licença.

g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgamento favoráveis à Companhia, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados sob as receitas e custos aplicados diretamente na atividade.

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros, limitado ao período de até 10 anos. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 6, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

k) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir, as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para passivos contingentes e a realização de ativos financeiros e não financeiros, bem como dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Certificado de Depósito Bancário (*)	72.039
Depósitos Bancários em Instituições sem Conta Reserva	21.206
Depósitos no Exterior em Moeda Estrangeira	209
Total	93.454

(*) Classificado no Balanço Patrimonial na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários".

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Resumo da Carteira por Categorias – Ativos para negociação

CDB - Instituição Financeira Ligada (nota 13)	71.315
CDB - Outras Instituições Financeiras	724
Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional	62.431
Total	134.470

b) Abertura por Vencimento

	<u>Até 12 Meses</u>	<u>Acima de 1 ano (1)</u>	<u>Total</u>
CDB	72.039	-	72.039
Letra Financeira do Tesouro LFT	27.112	35.319	62.431
Total	99.151	35.319	134.470

(1) Estas LFTs possuem vencimento acima de 1 ano, porém podem ser resgatadas a qualquer tempo, sendo classificadas, desta forma no ativo circulante da Super.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de IR e Contribuição Social	13.796	(167)	13.629
Total de Créditos Tributários Registrados	13.796	(167)	13.629

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
2018	74	47	121
2019	2.404	1.503	3.906
2020	3.981	2.488	6.469
2021	1.928	1.205	3.132
Total	8.387	5.242	13.629

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários registrado é de R\$ 11.054 calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

7. Outros Créditos – Diversos

Adiantamentos para Pagamentos (1)	1.655
Outros Impostos e Contribuições a Compensar (2)	1.977
Devedores Diversos - País (3)	1.076
Adiantamentos e Antecipações Salariais	3
Total	4.711

- (1) Compostos por adiantamentos realizados a prestadores de serviços para realização de transações solicitadas por clientes no contexto de suas solicitações de pagamentos ou saques.
- (2) Composto por crédito de Imposto de Renda retido sobre resgates de aplicações financeiras ocorridos ao longo do período.
- (3) Representado substancialmente por valor concedido em garantia para cumprimento de convênio junto a SPTrans para recarga de bilhete único e o restante por valores a classificar oriundos de cargas de clientes.

8. Intangível

Software	12.529
Custo	12.529
Amortizações Acumuladas	(5.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.795
Resumo das movimentações	
Saldo Inicial	5.527
Aquisições	2.087
Amortizações	(819)

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo Final	6.795
--------------------	--------------

9. Depósitos e Relações Interfinanceiras

Referem-se, principalmente, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos Super e ainda não utilizados, no montante de R\$ 71.568.

Os valores a repassar às operadoras, referem-se às operações de compras e saques e somam R\$ 65.684. O prazo de repasse à operadora é de, usualmente, 27 dias para compras e 1 dia para saques.

10. Outras Obrigações – Diversas

Fornecedores Diversos	2.348
Despesas de Pessoal	4.837
Outros	59
Total	7.244

11. Passivos Contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Companhia registrou provisão para demandas judiciais de natureza cível no valor de R\$ 330 em 31 de dezembro de 2017, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, relacionadas com discussões e questionamentos cíveis, ajuizados ou não, para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos, as quais estão registradas em balanço.

Os passivos contingentes classificados como de risco de perda possível, com base na opinião dos assessores jurídicos, são, em sua maioria, processos judiciais de natureza cível e trabalhistas, e, montam em, aproximadamente, R\$ 1.463, e R\$ 120, respectivamente, os quais não se encontram registrados nestas demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é composto por 90.724 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal, detidas exclusivamente pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A..

Através da AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 20.000, passando o capital social de R\$ 49.451 para R\$ 69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (Cinquenta Milhões, Setecentos e Vinte e Quatro Mil e Oitenta e Seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, totalizando 90.724.000 (Noventa Milhões, Setecentos e Vinte e Quatro Mil) ações. O Banco Central do Brasil aprovou a alteração do capital em 14 de agosto de 2017, por meio do Ofício 16229/2017-BCB/Deorf/GTSP1.

A política de dividendos estabelece que:

Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 20 desse artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução:

- (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração da pessoal chave da administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGE) da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. realizada em 27 de junho de 2017, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2017, no valor máximo de R\$ 8.100.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia, em 31 de janeiro de 2017 conforme Ata de Reunião do Comitê de Remuneração e Nomeações, estabeleceu para pagamento a partir de 2018, programa de incentivo a longo prazo para Diretores Estatutários e Colaboradores Estratégicos e Diferimento de Bônus para Diretores Estatutários.

b) Plano de Incentivo a Longo Prazo

Plano de Incentivo a Longo Prazo: Tem a premissa de alinhar os interesses da Super Pagamentos e do participante com vistas, de um lado, o crescimento e lucratividade dos negócios da companhia e, de outro lado o reconhecimento da contribuição do participante ao desenvolvimento das atividades da companhia mediante com comprometimento de longo prazo por parte dele. O Plano tem duração de 3 anos 2017/2018/2019, o pagamento se dará através de dinheiro e investimento em certificado de depósito em ações (Units) do Banco Santander em 30/07/2020. O montante em dinheiro e quantidade de Units Base de cálculo dos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição dos indicadores de performance da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 a provisão para essa obrigação é R\$ 918 e está registrada em “Outras Obrigações – Diversas”.

c) Participação Acionária

A Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. é controlada pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. que possui participação acionária de 90.724.000 ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam quaisquer outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o Banco Santander são conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Resultado</u>
Depósitos à Vista	20.262	-
CDB - Instituição Financeira Ligada	71.315	1.651
Total	91.577	1.651

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Receita de Prestação de Serviços

	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2017</u>
Tarifa Conta Super	19.214	32.679
Tarifa de Intercâmbio	3.503	6.374
Outras Tarifas	177	375
Total	22.894	39.428

15. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicação Financeira - Bradesco 24	-	1
Aplicação Financeira - Santander CDB	1.651	3.950
Aplicação Financeira - LF	63	729
Aplicação Financeira -Tit Public Federal -Tesouro Nacional	2.001	2.001
Total	3.715	6.681

16. Despesas de Pessoal

	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas de pessoal - proventos	5.030	8.743
Despesas de pessoal - encargos sociais	301	509
Diretoria e conselho de administração	965	1.759
Previdência social	1.505	2.637
Fundo de garantia do tempo de serviço	463	822
Incentivo Longo Prazo -ILP	619	619
Total	8.883	15.089

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Outras Despesas Administrativas

	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas de comunicação	818	1.495
Despesas de propaganda e publicidade	436	1.591
Despesas de pessoal - benefícios	1.024	1.814
Despesas de serviços de terceiros	1.189	2.132
Despesas de serviços técnicos especializados	211	509
Despesas de processamento de dados	7.853	14.108
Despesas de serviços do sistema financeiro	635	1.194
Despesas de depreciações e amortizações	895	1.703
Despesas de Bônus Netpoints e Celular	2.078	3.362
Outras	<u>1.394</u>	<u>2.569</u>
Total	16.533	30.477

18. Despesas Tributárias

	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	263	438
Despesas de contribuição ao COFINS	1.245	2.102
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS	377	640
Despesas de IOF	210	640
Impostos e Contribuições sobre Lucros	52	103
Outros Impostos e Contribuições	<u>21</u>	<u>35</u>
Total	2.168	3.958

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Outras Receitas Operacionais

	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras Receitas	334	453
Variação Cambial(*)	1.105	1.833
Total	1.440	2.286

* Variação cambial obtida nas transações internacionais

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	465	(1.129)
Resultado Antes dos Impostos, Líquido de Participações	465	(1.129)
Encargo Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.	(158)	384
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(625)	(625)
Outros	483	(72)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(300)	(313)

21. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as informações trimestrais do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.